

*Os menosprezados da História.  
Algumas reflexões sobre o estatuto de agricultores,  
artesãos e comerciantes na Grécia Antiga.  
O caso de Esparta*

*José Francisco de Moura<sup>1</sup>*

---

### Introdução

Em cerca de 397 a.C. uma grande revolta envolvendo os segmentos sociais inferiores de Esparta foi abortada. Conhecida pelos historiadores como “Revolta de Cinadon”, ela tinha como objetivo tomar o poder político das mãos dos esparciatas, que eram o grupo dominante daquela sociedade, e pôr fim a centenas de anos de exploração e exclusão política a que estava submetida grande parte da população da Lacedemônia.

Consideramos que, ao refletirmos sobre o caráter social, político e econômico presente na tentativa desta revolta, poderemos ser levados a compreender melhor o papel que as aristocracias de Esparta e de outras póleis tentavam impor aos demais membros livres e submetidos da sociedade grega: pequenos agricultores (*geórgoi*), artesãos (*demiúrgoi*), comerciantes (*empóiroi*).

Em nossa visão, a suposta aversão do grego às atividades comerciais e artesanais não era elemento natural da cultura grega, como Finley (1986) chegou a mencionar. Essa aversão estava, a nosso ver, ligada muito mais a uma construção ideológica parcial, seccional, conduzida pelas elites aristocráticas das diversas póleis gregas, do que a um genérico sintoma cultural grego.

Da mesma forma, a visão psicologizante com a qual Vernant justifica a “aversão” grega aos trabalhos manuais e ao comércio (VERNANT, 1989) está, para nós, ligada, em sua essência, à mentalidade e à argumentação das elites, e não a toda a sociedade. A reafirmação do ideal do ócio (*schóle*) para fins de participação em atividades como a política, a caça, e a filosofia, não podem ser generalizadas. Esparta é o exemplo mais concreto que a historiografia nos informa sobre a tentativa de materialização dessa ideologia.

Por ideologia, concordamos com a visão de Thompson, que a define como uma forma de utilização seccional do universo simbólico disponível em uma sociedade com fins de reproduzir relações assimétricas em um ou em todos os campos da vida social (THOMPSON, 1995: 16).

A utilização do conceito de Ideologia permite ao historiador fugir da naturalização dos discursos de indivíduos e grupos sociais a respeito de suas próprias posições políticas

---

<sup>1</sup> Doutorando em *História Antiga* da UFRJ. Membro do LHIA.

e econômicas, ajudando-o a entender que as sociedades históricas apresentam complexidades sociais difíceis de serem traduzidas por manifestações subjetivas de parte delas.

Tanto a economia grega como a moderna estão fundamentalmente envolvidas e assentadas em ancoradouros político-ideológicos, em relações de poder e de força, necessitando de algo como um Estado ou um aparato teórico que as legitimem e dêem suporte, geralmente levadas a cabo por “intelectuais orgânicos” que as justifiquem em si mesmas. Ambas as economias, a grega e a moderna, estavam e estão carregadas de subjetivismos morais e éticos, de posicionamentos político-ideológicos que as justifiquem. Ambas partem de pressupostos valorativos expressos em termos norteadores como “auto-suficiência” (*autorgós*), “competitividade”, “igualdade” e “produtividade”, termos esses que possuem muito pouco caráter objetivo.

Na verdade, tanto a economia capitalista como sua contrapartida socialista necessitam de órgãos reguladores que assegurem sua reprodução enquanto tais. É difícil imaginá-las sem a existência de instituições governamentais e financeiras dos mais variados níveis a lhes darem suporte, garantindo-lhes condições mínimas de funcionamento. Mesmo as tão faladas “livres” economias de mercado não funcionam sem algum nível de regulamentação estatal e sem um controle contra aquilo que consideram como anti-ético, imoral ou ilegal, a saber, monopólios, oligopólios e cartéis.

Visto isso, defendemos a proposta da impossibilidade de se considerar que as economias atuais são independentes, ou mesmo que a economia como ciência possa ser estudada em si, desligada ou autonomizada em relação ao meio social e cultural em que está inserida. Proceder ao contrário é não ter a capacidade de considerar os Homens como seres que estão envolvidos em representações simbólicas do mundo, com suas preferências subjetivas e suas escolhas “irracionais”. O máximo que a economia atual consegue de forma independente é elaborar algumas fórmulas para serem aplicadas em condições bastante determinadas, nas quais a mudança em uma das inúmeras variáveis altera sobremaneira os resultados pressupostos.

Na Antiguidade grega, assim como hoje, a economia estava imbricada em outras esferas da vida social e cultural. O que se deve considerar é como se delineava, na especificidade sócio-histórica grega, um fenômeno que é comum a todas as sociedades: o caráter não autônomo de suas economias.

Por outro lado, um dos maiores problemas da corrente historiográfica dita “primitivista” nas suas críticas aos seus companheiros “modernistas” é que ela tende a considerar os testemunhos parciais, seccionais, como se fossem testemunhos de toda a sociedade grega. Considerar que Xenofonte ou Aristóteles, em seus escritos, representavam o pensamento de toda a sociedade grega a respeito do estatuto do artesão, do comerciante ou da importância dos ofícios e do comércio em geral, é acreditar que esses textos não tinham nenhum teor político-ideológico, ou seja, que eles representavam a própria “verdade dos fatos” sobre a economia grega.

Os textos de ambos estão, pelo contrário, recheados de segundas intenções, de

propostas sociais excludentes no tocante à participação política de grande parte do corpo cívico, e de uma visão econômica fundada nos valores dos grandes proprietários de terra. Ambos, além do mais, eram extremamente conservadores e elitistas em relação às múltiplas possibilidades de leitura do universo simbólico grego. A economia grega era política por excelência, não por ser aqui uma especificidade grega, mas porque qualquer economia é sempre uma construção político-ideológica por excelência. Assim é atualmente, assim era na Grécia antiga.

No caso da Grécia Antiga, isso é bem caracterizado no discurso dos grupos sociais dominantes a respeito da posição política e econômica dos setores sociais que de alguma forma lhes estavam subordinados.

Obviamente, tal como outros grupos sociais dominantes em várias outras sociedades históricas, os membros da elite grega tinham uma série de justificativas para reafirmar seu direito à exploração do trabalho alheio. Alguns dos argumentos mais comuns eram a escravidão natural, a inferioridade da mulher e a má administração da terra pelos empobrecidos.

O fato de a maioria esmagadora dos textos antigos que nos chegaram terem sido escritos por grandes proprietários de terra, que em geral minimizavam qualquer perspectiva de investimento mais “racional” de seus recursos em outras atividades produtivas, levou grande parte da historiografia a considerar que os gregos não tinham nenhuma propensão para o investimento na produção e no comércio de longa distância, que a *pólis* era somente uma comunidade consumidora, e que os negócios em geral eram determinados tão somente por fatores religiosos, éticos e morais.

A fim de fugir das dificuldades proporcionadas por esse tipo de documentação, é mister tentar entender a economia grega não só pelo que os autores pensavam da economia doméstica, mas, principalmente, pelo estudo dos fenômenos que ignoravam, censuraram ou mesmo minimizavam. Afinal, a quem e a que se referiam esses autores quando criticavam aqueles que só buscavam as riquezas ou exerciam atividades pouco dignas?

Para dar um exemplo, podemos utilizar o texto de Platão que mais elucida seu pensamento econômico. Trata-se do trabalho intitulado *As Leis*. Nele, o autor resolve fazer um libelo contra aquelas práticas plenamente difundidas no mundo grego e que lhe eram intoleráveis. Em sua comunidade imaginária, os homens viveriam somente da administração da terra, pois esta era a única atividade própria de “homens livres” (*Leis*, 842d). O legislador de sua comunidade ideal deveria, por isso mesmo, “...livrar-se das leis que tratam do comércio marítimo, de negociantes de atacado e varejo, de hospedarias, entrepostos, minas, empréstimos, juro sobre juros, e mil coisas do gênero” (*Leis*, 842e).

O trecho acima nos leva a crer que aquilo que Platão mais criticava nas *pólis* gregas era o comum, e não a exceção. Em Atenas, por exemplo, se nos ativermos a esse texto, uma parte significativa do corpo cívico não seria composta de proprietários autônomos. Se levarmos em conta que estrangeiros residentes e escravos também estavam diretamente envolvidos naquelas atividades, somente uma pequena parcela de proprietários, justamente

os mais ricos, viveriam da administração do *oikos*, pois para isso seria necessária a posse de vários escravos e de recursos disponíveis para o seu absenteísmo.

Xenofonte, de certa forma, tinha o mesmo pensamento “econômico” de Platão. Na *República dos Lacedemônios*, por exemplo, o autor louvava os espartanos por proibirem aos seus cidadãos o exercício de funções manuais ou técnicas (7,2). No *Econômico*, a principal atividade estudada é a gerência da propriedade; comércio, artesanato, mineração, instrumentos de crédito e a tecelagem são atividades, senão desprezadas, minimizadas.

Nem toda a documentação textual é maquiavélica em relação aos demais grupos sociais. Tucídides, no início de sua Guerra do Peloponeso, parte essa escrita por volta de 415 a.C., procurava demonstrar historicamente que o avanço das sociedades gregas de sua época havia se dado pela expansão das trocas e do comércio marítimo (I, 2). Para ele, o império ateniense tinha grande poderio em virtude desse mesmo comércio e das taxas obtidas das ilhas (I, 19, 23, 89-93). O autor narra explicitamente que a riqueza ganha com a troca marítima era extremamente importante (I, 3, 7-8), reconhecendo que *póleis* como Corinto só haviam se tornado prósperas graças à participação nas atividades comerciais desenvolvidas desde a época Arcaica (I, 13).

Tucídides afirmava ainda que a fraqueza de Esparta no início da Guerra do Peloponeso devia-se ao fato de ela ser *autórgoi*, ou seja, povo que trabalha para si mesmo, enquanto dá a entender, pelo seu oposto, que o poderio de Atenas vinha do fato de ela, graças ao dinheiro, à democracia e aos bens, poder vencer suas eventuais crises agrícolas (I, 80-85; 141-142).

Apesar do caráter mais realístico desta visão com relação a Atenas, consideramos que em relação a Esparta o episódio da revolta de Cinadon pode ser bastante elucidativo para demonstrar a forma como as elites operavam e as conseqüências que a imposição de sua visão de mundo acarretava sobre as condições de vida de vários grupos subordinados.

### Os aristocratas espartanos no poder

Desde que tinham estendido o poder à região da Messênia, em cerca de 720 a.C., os esparciatas conseguiram garantir para si um regime agrário que os conduzisse a uma auto-suficiência em termos de alimentos. As regiões da Lacônia e da Messênia dominadas por eles constituíam juntas cerca de 250 mil hectares de terras extremamente férteis.

Essas terras eram trabalhadas por uma enorme população de escravos, chamados hilotas, e que aparentemente eram propriedade do Estado e não de indivíduos. Os hilotas tinham que dar uma porcentagem fixa da colheita para os esparciatas (Tyrteu, *Frag.*, 5), restando-lhes a parte excedente. Esses escravos agrícolas não podiam deixar a terra para participar de outros ofícios sem a aquiescência dos espartanos. Nesse regime agrário, os hilotas teriam que se especializar no trato com a terra para que pudessem sobreviver da porcentagem que lhes cabiam. Era, por mais contraditório que pudesse ter sido, um estímulo à sua especialização como agricultores, já que suas vidas dependiam

diretamente da boa produtividade das colheitas.

Muitos hilotas porém, não estavam presos à terra. Alguns deles trabalhavam em construções de templos, nas casas dos espartanos, no auxílio aos soldados do exército e na cozinha pública que preparava e servia repastos para os esparciatas. Alguns desses ofícios ministrados pelos hilotas, tais como as atividades de cozinheiro, arauto e adivinho, eram passados às gerações seguintes pelas gerações anteriores, o que criava uma espécie de especialização familiar secularizada (Heródotos, VI, 60).

Outro grupo social subordinado era o dos periecos. Eram homens livres, porém não eram cidadãos. Viviam em pequenas comunidades da Lacônia e da Messênia, das quais conhecemos o nome de cerca de cem no período Clássico. Nessas comunidades, eles tinham autonomia política local. Os periecos eram convocados constantemente para participarem do exército e lutavam por vezes separados, por vezes lado a lado com os esparciatas.

Os periecos eram, em sua grande maioria, artesãos, pequenos proprietários de terras pouco férteis e comerciantes. Eles levavam o produto de suas colheitas assim como os objetos que produziam para a Ágora ou para os portos para serem transacionados no interior da própria Esparta ou com outras pólis. Os artesãos periecos tinham ótima fama. Até onde sabemos, eram eles que construía móveis, cantis, mantos, sapatos, vasos de cerâmica e embarcações (Crítias, *Ateneus*, XI, 76). Era-lhes permitido o uso de moeda cunhada, o que fazia com que alguns chegassem a enriquecer.

Um terceiro grupo social subordinado era o dos *Hippomeiones*. Eram espartanos que haviam perdido sua condição de cidadãos, saindo do grupo dos esparciatas e caindo de status social. Em geral, isso se dava por terem empobrecido, ficando impedidos de pagar o tributo anual para os repastos públicos. O número de *Hippomeiones* cresceu sobremaneira no final do V e início do IV século, e Cinadon era um deles (Xenofonte, *Hellenicas*, III, 3, 5). Eles serviam no exército (Xenofonte, *Hellenicas*, III, 3, 7) e eram mandados pelos éforos em missões secretas do Governo (Xenofonte, *Hellenicas*, III, 3, 9).

Um outro grupo social que participou da tentativa de revolta foi o dos *Neodamódeis*. Ao contrário do que o nome parece indicar, os *neodamódeis* eram ex-hilotas que tinham servido no exército. Como prêmio por suas atividades, ao voltarem eles teriam subido de status, não ficando mais em estado de escravidão tão rígida. A primeira vez que eles apareceram nos textos foi no contexto da Guerra do Peloponeso, em 425 a.C., quando começaram a servir no exército (Tucídides, V, 34). Os esparciatas, por vezes, podiam dar-lhes pequenos lotes de terras em locais determinados, onde trabalhariam como agricultores. Os *neodamódeis*, dessa forma, continuariam em relação de dependência para com os esparciatas.

A revolta planejada por Cinadon em c. 397 envolvia pessoas de todos esses grupos sociais. Em geral, eles tinham muito pouco apreço pelos esparciatas. Segundo o próprio Cinadon, a vontade que esses grupos sociais tinham em relação aos esparciatas era de “comê-los crus” (Xenofonte, *Hellenicas*, III, 3, 6).

A desvantagem numérica dos esparciatas em relação aos demais grupos sociais era muito grande. Por volta da época de Cínadon, de uma população de quatro mil pessoas que estavam na Ágora, apenas setenta seriam esparciatas (Xenofonte, *Hellenicas*, III, 3, 4). Nos campos, em cada fazenda haveria um espartano para outros tantos inimigos (Xenofonte, *Hellenicas*, III, 3, 7).

Esse ódio latente em relação aos esparciatas tinha várias razões históricas. Em primeiro lugar, poderíamos citar as próprias condições materiais de existência dos grupos subordinados, que, em sua grande maioria, operavam no limite da subsistência. Essa insatisfação constante dos subordinados pode ser explicada também pela insistência com a qual os ricos espartanos tentaram implementar o ideal oligárquico da auto-suficiência agrária, bloqueando as atividades comerciais e artesanais em uma sociedade extremamente desigual em todos os aspectos. Estas atividades, se estimuladas, poderiam funcionar como uma válvula de escape para grupos sociais oprimidos economicamente.

Houve uma época em que os espartanos permitiam uma atividade comercial mais efetiva aos grupos sociais dominados. No início do sexto século, a produção e o comércio de cerâmica desenvolveram-se bastante. Os vasos de figuras negras eram elaborados em pelo menos cinco olarias locais e eram exportados para todo o mundo grego e para fora dele. Esses vasos têm sido achados pelos arqueólogos em tumbas etruscas da Itália, na Naukrátis Egípcia, na Ásia Menor e até mesmo em terras célticas do sul da França. Os vasos foram exportados ininterruptamente até cerca de 520 a.C., quando sofreram abrupto fim.

As elites espartanas, embora se abstivesse de fazer o comércio, controlava ativamente o comércio com o estrangeiro. Isso é comprovado pelo fato de o comércio só ser realizado com as localidades com as quais Esparta tinha relações diplomáticas. Quando a aristocracia de Samos foi derrubada pela tirania de Polícrates, houve uma interrupção no comércio de vasos para aquela ilha. O mesmo processo aconteceu em relação às mudanças de governo em Sardis (540 a.C.) e Cyrene (550 a.C.).

A partir dessa data, os espartanos resolveram restringir a entrada e a saída de produtos de seu território, ao que parece proibindo a entrada de ouro e prata cunhada em seu território. A concentração contínua de terras nas mãos de poucos, que foi um fenômeno generalizado na Grécia do século IV (POMEROY, 1994: 31-32), implicou a migração de contingentes populacionais do campo para os centros urbanos, incrementando o comércio, o artesanato e a prática ativa do mercenarismo.

Em Esparta, esse fenômeno teve implicações mais graves ainda, já que a antiga mentalidade aristocrática havia dificultado o desenvolvimento de mecanismos que incrementassem atividades não fundiárias. Além das melhores terras estarem nas mãos dos esparciatas, dentro deste próprio grupo verificava-se uma contínua acumulação das mesmas nas mãos de poucas famílias, empurrando centenas de outros espartanos para a perda da cidadania. As tentativas de revolta de espartanos empobrecidos em 371 e em 370 foi uma clara demonstração de que dentro do próprio grupo dominante havia se criado uma fissura.

Na esfera simbólica, os esparciatas não escondiam de ninguém o seu desprezo pelos grupos sociais subordinados. Isso se torna evidente quando nos debruçamos sobre os costumes. Os funerais dos espartanos eram diferenciados em relação aos dos demais grupos (Heródotos, IX, 85), com enterramentos pomposos de guerreiros e de reis mortos contrastando com as covas rasas nas quais hilotas e periecos eram enterrados. Além disso, havia várias festividades nas quais o acesso aos não-cidadãos era proibido, principalmente em festas em que a redistribuição de comida era farta. Nessas festas, principalmente as que se verificavam em honra do deus Apolo, os espartanos reforçavam anualmente as diferenças em relação aos demais segmentos sociais.

Nas *sissítias*, espécie de mesas públicas onde os cidadãos eram obrigados a fazerem suas refeições, os hilotas eram levados bêbados para divertirem os espartanos, servindo também como exemplo para mostrarem aos jovens o mal que o excesso de bebida podia provocar.

Na *Kriptéia*, os hilotas eram assassinados por jovens espartanos que saíam à sua caça. A prática era feita à noite e tem sido associada a rituais de iniciação de jovens que haviam chegado à idade adulta (Plutarco, *Vida de Licurgo*, 28).

Aliado a isso, o desprezo aberto com que os espartanos tratavam aqueles que faziam os ofícios, o comércio e a agricultura, era manifestado abertamente no nível discursivo. Plutarco nos conta que o rei Agesilaos, tendo reunido todo o exército espartano e aliado, pediu a todos para sentarem-se. Mandou, então, que cada soldado que exercesse um ofício se levantasse. Somente os esparciatas teriam ficado sentados, o que serviu para Agesilaos demonstrar que os espartanos eram os únicos soldados profissionais ali presentes (Plutarco, *Vida de Agesilaos*, 26).

O tom de admiração com o qual os autores manifestavam esse preconceito contra os ofícios aparece mais claramente na *República dos Lacedemônios*, do mesmo Xenofonte. Nela o espartano era louvado somente por exercer atividades que fossem próprias à “*vida cívica*” (VII, 3). Xenofonte diz, de forma preconceituosa, que em outras póleis os cidadãos exerciam, para viverem, todo tipo de atividade, trabalhando como “donos de barco” (*náuklerei*), “artesãos” (*ténon*), “lavradores” (*georgói*) ou “mercadores” (*emporénetai*) (VII, 1-2).

Para os esparciatas como para os oligarcas de outras póleis gregas, das quais Xenofonte é um exemplo claro, somente as atividades que tinham a ver com a supervisão da terra, com a criação de cavalos, com a caça, com a guerra e com a participação política eram atividades dignas de homens livres. As demais atividades eram consideradas por esses aristocratas como atividades de baixo estatuto social e de pouco valor político.

O historiador Yvon Garlan demonstrou que, para os aristocratas, não só a terra mas também a guerra funcionava como forma de enriquecimento econômico (GARLAN, 1991). Foi através dela que Esparta recebeu uma entrada maciça de riquezas após a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), riquezas essas advindas de butim de guerra e impostos. Parte dessas riquezas migraram para mãos periecas, que venderam suas terras para os espartanos mais ricos. Alguns periecos parecem ter deixado o território espartano

em grande número no período, o que talvez explique o despovoamento contínuo do campo a partir do século IV.

Mesmo alguns hilotas chegaram, a partir daquele período, a deter alguma riqueza em espécie, possivelmente vendendo parte do que lhes cabia nas colheitas em terras espartanas maiores. Em cerca de 227 a.C., um número próximo de seis mil deles tinham acumulado suficientes recursos para comprarem sua liberdade ao preço de cinco minas áticas (Plutarco, *Vida de Cleomenes*, 23).

A grande maioria dos hilotas e periecos, contudo, não podia se dar a esse luxo, já que, em geral, os primeiros estavam presos a pequenos lotes de terras de espartanos empobrecidos, e os últimos ao artesanato, profissão de pouca prosperidade numa sociedade onde a elite desvalorizava este tipo de trabalho.

Dessa forma, uma contenção do comércio e do artesanato em Esparta não se devia a um caráter anti-comercial ou anti-artesanal do povo grego, como querem os “primitivistas”, mas estava associada com os valores e com a política econômico-social desenvolvida pelo seu grupo aristocrata dominante, os esparciatas. Eles controlaram o Estado espartano por cerca de 400 anos, tentando impor o ideal da auto-suficiência agrária tão admirado pelos setores oligárquicos de Atenas.

Obviamente, a imposição deste ideal não de deu sem conflitos. Antes da tentativa de revolta de Cinadon, os hilotas e os periecos já haviam se revoltando contra a penúria econômica que lhes era imposta pelos esparciatas. Pelo menos cinco grandes revoltas foram realizadas, e outras tanto abortadas, todas fartamente documentadas pela documentação literária.

Quando a esta insatisfação latente dos hilotas e periecos somaram-se a insatisfação de espartanos empobrecidos, a situação agravou-se. A revolta de Cinadon, como as outras envolvendo espartanos, acabou descoberta antes de ser deflagrada. Se o fosse, as consequências para a cada vez mais diminuta aristocracia dominante poderiam ter sido drásticas.

O exército espartano, porém, estava cada vez menor e mais desestimulado, com a participação em suas fileiras de um número cada vez maior de insatisfeitos. Em 371 a.C., ao perder sua única batalha em terra no período dos últimos duzentos anos, o poderio espartano ruiu facilmente. Esparta perdeu as férteis terras da Messênia, e com elas centenas de espartanos passaram a não ter mais de onde tirar seu sustento. O longo império terrestre do Peloponeso havia ruído. Sobravam tentativas de revoltas de espartanos empobrecidos e traição. Seus antigos aliados invadiram o território espartano para saquear, encontrando casas repletas de bens. O núcleo urbano da cidade só não caiu nas mãos dos inimigos devido à louca vontade de saque desses. Ainda assim, Agesilaos teve que pagar dez talentos para que o território fosse evacuado (Plutarco, *Vida de Agesilaos*, 30).

Após a ruína da cidade, porém, os ricos proprietários continuaram a acumular terras em suas mãos. Esparta, que já havia tido dez mil cidadãos (Aristóteles, *A Política*, 1270a, 36-38), tinha agora menos de mil. Mas isso não impedia que os membros

aristocráticos de sua elite continuassem a prosperar às custas da ruína de outros espartanos e da exploração compulsória do trabalho de outros segmentos.

A aristocracia espartana seguiu as demais aristocracias gregas no seu projeto de dominar a política de sua cidade e acumular continuamente mais terras em suas mãos e destilar abertamente seu preconceito contra as atividades realizadas por outros segmentos sociais. Em outras cidades gregas, o mesmo processo se verificou. As lutas internas verificadas nas cidades gregas do período Clássico nada mais eram que lutas entre facções oligárquicas e democráticas pela condução da política de suas cidades e pela implementação de medidas legais que fornecessem mecanismos de acumulação ou repartição de terras aos cidadãos.

### **Conclusão**

A visão predominante na historiografia grega de que o artesanato e o comércio eram atividades naturalmente desprezadas pelos gregos é, a nosso ver, errônea. Grande parte dos autores que defendem essa posição generalizam para o restante da sociedade as opiniões valorativas dos setores aristocráticos letrados da elite grega.

Os textos que nos chegaram do período Clássico em geral minimizam as atividades comerciais e artesanais. Isso acontece por estas atividades não eram as que estavam envolvidos os seus elaboradores e por estes tentarem justificar seu direito exclusivo à condução dos negócios da pólis. As opiniões dos aristocratas gregos são ideológicas na medida em que tentam justificar suas posições sociais e suas visões de mundo perante outros segmentos sociais insatisfeitos.

A revolta de Cinadon representou um claro sinal de que a exploração das elites agrárias gregas sobre outros diversos segmentos sociais ocorria no patamar econômico, político e simbólico, e se manifestava abertamente a nível discursivo. A revolta de Cinadon, assim como outras centenas de revoltas no mundo grego ocorridas no período Clássico, é prova cabal de que não havia um consenso no que concerne à validade de nenhuma das diferentes apropriações do mundo simbólico no que se referia às atividades econômicas e seus conseqüentes reflexos políticos.

É necessário, portanto, que o historiador tenha bastante cuidado na hora em que for analisar a documentação textual ou imagética, a fim de não cair em abordagens generalizantes, que não condizem com a complexidade da vida econômica, política e social grega.

### **Referências bibliográficas**

#### **Fontes**

- ARISTOTLE. *Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.  
ATHENAEUS. *Deipnosophistae*. Cambridge: Harvard University Press, vol. II, 1987.  
\_\_\_\_\_. *Deipnosophistae*. Cambridge: Harvard University Press, vol. IV, 1969.  
DIODORUS OF SICULUS. *Library of History*. Cambridge: Harvard University Press,

vol. IV, 1989.

- \_\_\_\_\_. *Library of History*. Cambridge: Harvard University Press, vol. V, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Library of History*. Cambridge: Harvard University Press, vol. VI, 1977.
- DIÓGENES LAËRTIOS. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: Ed. UnB (trad. Mário da Gama Khury), 1988.
- ISOCRATE. *Isocrate*. Cambridge: Harvard University Press, vol. I, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Isocrate*. Cambridge: Harvard University Press, vol. II, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Isocrate*. Cambridge: Harvard University Press, vol. III, 1986.
- HERODOTO. *History*. Cambridge: Harvard University Press, vol. I, 1990.
- \_\_\_\_\_. *History*. Cambridge: Harvard University Press, vol. II, 1995.
- \_\_\_\_\_. *History*. Cambridge: Harvard University Press, vol. III, 1994.
- \_\_\_\_\_. *History*. Cambridge: Harvard University Press. Vol. IV (1983)
- PAUSANIAS. *Guide to Greece. Vol. 2. The Southern Greece* (introd., trad. e notas de Peter Levi). London: Penguin Books, 1979.
- PLATO. *Laws*. Cambridge: Harvard University Press, 2 vols., 1994.
- PLUTARCH. *Lives*. Cambridge: Harvard University Press, vol. 1, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Vidas paralelas*. São Paulo: Editora Paumape, 4 vols., 1991.
- THUCIDIDES. *The history of Peloponesian War*. Cambridge: Harvard University Press, vol.1, 1991.
- \_\_\_\_\_. *The history of Peloponesian War*. Cambridge: Harvard University Press, vol. 2, 1988.
- XENOPHON. *Scripta Minora*. London: Cambridge: Harvard University Press (trad. E. C. Marchant), 1993.
- \_\_\_\_\_. *Hellenicas I*. Cambridge: Harvard University Press, 1947.
- \_\_\_\_\_. *Hellenicas II e Anábasis*. Cambridge: Harvard University Press, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Cyropaedia*. Cambridge: Harvard University Press, vol. I, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Cyropaedia*. Cambridge: Harvard University Press, vol. II, 1989.

#### Obras citadas

- AUSTIN, Michel. e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- FINLEY, Moses I. *Economia Antiga*. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GARLAN, Yvon *Guerra e Economia na Grécia Antiga*. Campinas: Papirus, 1991.
- POMEROY, Sarah. *Oeconomicus*. London: Clarendon Press, 1994.
- REDEN, Sitta Von. *Exchange in Ancient Greece*. London: Duckworth, 1996.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia Antiga*. Campinas: Papirus 1989.